ÍNDICE GERAL

I – Noções Gerais

1. Objeto do curso de direito romano 1
2. A história externa e a interna 1
3. Utilidade do estudo atual do direito romano 2
4. Métodos de exposição da matéria 3

HISTÓRIA DO DIREITO ROMANO

(HISTÓRIA EXTERNA)

Bibliografia Sumária 4

II – A Realeza

5. As origens de Roma e a lenda 7
6. A existência da realeza em Roma 8
7. A constituição política nesse período 8
8. O rei 8
9. O Senado 9
10. O povo e sua organização 9
11. Os comícios por cúrias 11
12. Os *comitia calata* 11
13. As fontes de direito 11
14. A jurisprudência 12

III – A República

15. A queda da realeza e o início da República 15
16. O desdobramento da magistratura segundo a tradição 15

17. Características e classificação da magistratura 17
18. O Senado 18
19. Os comícios 19
20. A organização política da Itália e dos territórios extraitálicos 21
21. As fontes de direito 23
22. A Lei das XII Tábuas 25
23. A jurisprudência 28

IV – O Principado

24. Antecedentes 31
25. Otaviano e a fundação do principado 32
26. Caracterização dessa forma de governo 32
27. As províncias 33
28. O destino das instituições políticas da República 33
29. O *princeps* 34
30. Os funcionários imperiais 35
31. As fontes de direito 36
32. A jurisprudência clássica 40

V – O Dominato

33. A instauração do dominato 43
34. As instituições políticas 44
35. A organização provincial 45
36. As fontes de direito 45
37. As compilações pré-justinianeias 47
38. A jurisprudência e as escolas de direito, no Oriente, no século V d.C 48
39. O *Corpus Iuris Ciuilis* 49
40. Modos de citação do *Corpus Iuris Ciuilis* 50
41. As interpolações 51
42. A influência do cristianismo no direito romano 55

VI – O Destino do Direito Romano no Oriente e no Ocidente

43. No Oriente 57
44. O direito romano e a queda de Roma, em 476 d.C 59

45. O ressurgimento do estudo do direito romano na Idade Média 59
46. Glosadores e pós-glosadores 60
47. A recepção do direito romano nos países europeus 61
48. A Escola Culta 62
49. A Escola Elegante 62
50. Os jusnaturalistas 62
51. A Escola Histórica Alemã 63
52. O neo-humanismo contemporâneo 63
53. A papirologia jurídica 64

INSTITUIÇÕES DE DIREITO ROMANO
(HISTÓRIA INTERNA)

Bibliografia Sumária 65

VII – Considerações Preliminares

54. A sistemática adotada 71
55. Direito romano, direito histórico 71
56. Características do direito romano pré-clássico 72
57. Características do direito romano clássico 73
58. Características do direito romano pós-clássico 75
59. Alguns dos meios de pesquisautilizados pelos romanistas 77

PARTE GERAL

VIII – Direito Objetivo

60. Direito objetivo e direito subjetivo 79
61. As duas concepções de direito objetivo 79
62. Os diferentes significados de *ius* 80
63. *Ius* e *fas* 80
64. A definição de Celso 81
65. *Aequitas* 82
66. Divisão e subdivisão do direito objetivo 83
67. As fontes do direito objetivo 85
68. O direito objetivo no espaço e no tempo 86
69. Interpretação 87

IX – A Relação Jurídica e o Direito Subjetivo

70. O direito subjetivo em face da relação jurídica 91
71. A inexistência do direito subjetivo no direito romano: tese de Villey e refutação de Pugliese 92
72. Esquema de exposição 94

X – Pessoa Física ou Natural (Requisitos de Existência do Homem)

73. Os sujeitos de direitos subjetivos 97
74. Requisitos da existência do ser humano 97
75. Nascimento 98
76. Vida extrauterina 98
77. Forma humana 99
78. Controvérsia sobre a vitalidade 100
79. O nascituro 102

XI – Pessoa Física ou Natural (Personalidade e Capacidade Jurídicas)

80. Conceito de personalidade e capacidade jurídicas 103
81. Capacidade de fato 103
82. Requisitos para a aquisição, pelo ser humano, da personalidade jurídica 104
83. *Status libertatis* 104
84. *Status ciuitatis* 111
85. *Status familiae* 114
85-A. Domicílio 117

XII – Pessoa Física ou Natural (Causas que Restringem ou Extinguem a Capacidade Jurídica)

86. Causas restritivas da capacidade jurídica 119
87. Causas que extinguemacapacidade jurídica 127
88. *Capitis deminutiones* 127
89. *Capitis deminutio maxima* 128
90. *Capitis deminutio media* 128
91. *Capitis deminutio minima* 128
92. A morte da pessoa física ou natural 128

XIII – Pessoa Física ou Natural (Capacidade de Fato)

93. Capacidade de fato 131
94. Fatores que influem na capacidade de fato 131
95. Incapacidade de fato absoluta e relativa 134
96. A incapacidade de fato e o *status familiae* 135

XIV – Pessoa Jurídica

97. Noções gerais 137
98. Origem e evolução das pessoas jurídicas no direito romano 138
99. Corporações 140

XV – As Coisas como Objeto de Direitos Subjetivos

100. Conceito de objeto de direito 143
101. Conceito jurídico de coisa (*res*) 144
102. Os critérios de classificação das coisas 144
103. As coisas em relação a si mesmas 144
104. As coisas em relação a outras coisas 149
105. As coisas quanto à sua comerciabilidade 150
106. As coisas quanto à ordem econômico-social romana 152

XVI – Os Fatos Jurídicos em Sentido Amplo

107. Conceito de fato jurídico em sentido amplo 155
108. Classificação dos fatos jurídicos em sentido amplo 156
109. Conceito e classificação do negócio jurídico 157
110. Elementos do negócio jurídico 162
111. Elementos essenciais genéricos do negócio jurídico 164
112. Elementos acidentais do negócio jurídico 167
113. Ineficácia do negócio jurídico 174
114. Interpretação do negócio jurídico 186

XVII – A Tutela dos Direitos Subjetivos (A Organização Judiciária dos Romanos)

115. A tutela dos direitos subjetivos 189
116. Os sistemas de processo civil romano 190

117. Origem e evolução prováveis da proteção dos direitos entre os povos primitivos 191
118. *Ordo iudiciorum priuatorum* 192
119. Os magistrados judiciários..... 192
120. Jurisdição e competência 194
121. Os juízes populares eos tribunais permanentes 196
122. O funcionamento da Justiça Romana 199

XVIII – A Tutela dos Direitos Subjetivos (As Ações da Lei – *Legis Actiones)*

123. As características das ações da lei 203
124. O desenrolar da instâncianas *legis actiones*..... 204
125. As diferentes ações da lei 206

XIX – A Tutela dos Direitos Subjetivos (O Processo Formulário)

126. A decadência das *legis actiones* e a introdução do processo formulário..... 217
127. Características do processo formulário..... 219
128. A fórmula – partes principais e acessórias..... 221
129. O desenrolar da instância..... 228
130. A execução da sentença 239
131. A *actio* e sua classificação 241
132. Meios complementares do processo formulário 247

XX – A Tutela dos Direitos Subjetivos (O Processo Extraordinário – A *Cognitio Extraordinaria)*

133. Origem da *cognitio extraordinaria*..... 253
134. Características da *cognitio extraordinaria*..... 255
135. O desenrolar da instância..... 255
136. Processos especiais 266
137. As ações e os demais remédios jurídicos no processo extraordinário 267

PARTE ESPECIAL

I
DIREITO DAS COISAS

XXI – Os Direitos Reais e sua Classificação

138. O direito real e suas características..... 269
139. Os direitos reais na concepção dos juristas romanos..... 270

140. A classificação dos direitos reais 270
141. Sistemática da exposição 272

XXII – A Posse

142. Conceito e natureza jurídica da posse 273
143. Elementos da posse 275
144. Modalidades da posse 279
145. Objeto da posse 280
145-A. Composse 281
146. Início da posse 282
147. Permanência e término da posse 283
148. Origem e meios judiciais de proteção possessória 284
149. Posse de direitos 290

XXIII – A Propriedade

150. Conceito 293
151. Origem e evolução histórica 294
152. Conteúdo do direito de propriedade e suas limitações 297
153. Condomínio 301
154. Modos de aquisição da propriedade 304
155. Extinção da propriedade 327
156. Proteção da propriedade 328

XXIV – Direitos Reais sobre Coisa Alheia (As Servidões Prediais)

157. Servidões prediais e servidões pessoais 335
158. Conceito de servidão predial 336
159. Origem e evolução das servidões prediais 336
160. Princípios que regem as servidões prediais 337
161. As espécies de servidões prediais 338
162. Modos de constituição das servidões prediais 339
162-A. Exercício da servidão predial 341
163. A extinção das servidões prediais 342
164. Meios de proteção judicial das servidões prediais 343

XXV – Direitos Reais sobre Coisa Alheia (Usufruto e Direitos Análogos)

A) Usufruto

165. Conceito 345
166. Origem e evolução 346
167. Sujeitos do direito de usufruto 346
168. Objeto 346
169. Faculdades do usufrutuário 347
170. Obrigações do usufrutuário 348
171. Modos de constituição 348
172. Extinção 349
173. Meios de proteção judicial 349

B) Uso

174. Conceito, evolução e regime jurídico 349

C) Habitação

175. Conceito, evolução e regime jurídico 350

D) *Operae servorum* e *Operae Alterius animalis*

176. Conceito, evolução e regime jurídico 351

XXVI – Direitos Reais sobre Coisa Alheia (A Enfiteuse e a Superfície)

177. Introdução 353

A) A Enfiteuse

178. Conceito, faculdades e obrigações do enfiteuta. Constituição, extinção e proteção judicial da enfiteuse no direito justinianeu 353
179. Origem e evolução histórica da enfiteuse 355

B) A Superfície

180. Conceito e disciplina da superfície no direito justinianeu 357
181. Origem e evolução histórica da superfície 358

XXVII – Direitos Reais sobre a Coisa Alheia (Penhor e Hipoteca)

182. Conceito e espécies de garantias 361
183. Particularidades do sistema de garantias reais no direito romano 361
184. *Fiducia cum creditore* 362
185. A origem do penhor *(pignus datum)* 363
186. A origem da hipoteca *(pignus obligatum)* 364
187. Destino da *fiducia cum creditore*, do *pignus datum* e do *pignus obligatum* ou *hypotheca* 365
188. Princípios comuns ao penhor e à hipoteca 365
189. Pluralidade de credores hipotecários 370

II
DIREITO DAS OBRIGAÇÕES

XXVIII – O Conceito de Obrigação e a Sistemática Seguida na Exposição do Direito das Obrigações

190. Direitos pessoais 373
191. Conceito de obrigação 373
192. A evolução histórica da *obligatio* no direito romano 374
193. Sistemática da exposição 379

A) TEORIA GERAL DAS OBRIGAÇÕES

XXIX – Elementos Essenciais e Modalidades das Obrigações

194. Os elementos essenciais da obrigação 381
195. As diferentes modalidades de obrigações 383
196. Modalidades quanto ao objeto 384
197. Modalidades quanto aos sujeitos 388
198. Modalidades quanto ao vínculo 394

XXX – As Fontes das Obrigações

199. Noções gerais 397
200. As fontes das obrigações no direito romano 397
201. A evolução, no direito romano, das fontes das obrigações 399
202. Sistemática de exposição 401

XXXI – Conteúdo e Efeitos da Obrigação

203. O conteúdo da obrigação 403
204. Os efeitos das obrigações 403
205. O não cumprimento da obrigação 404
206. O inadimplemento da obrigação resultante de culpa em sentido amplo 406
207. Caso fortuito, força maior e custódia 409
208. Efeitos do inadimplemento imputável ao devedor 411
209. Mora 413
210. Direito de retenção 416

XXXII – Reforço e Garantia das Obrigações

211. Conceito de reforço e de garantia das obrigações 419
212. Meios de reforço da obrigação 419
213. Garantia das obrigações 423
214. Fiança 426
215. Outras modalidades de garantia pessoal 430

XXXIII – Transmissão das Obrigações

216. Noções gerais 435
217. Cessão de crédito 436
218. Cessão de débito 440

XXXIV – Extinção das Obrigações

219. Generalidades 441
220. A evolução, no direito romano, dos modos de extinção das obrigações 442
221. Modos de extinção *ipso iure* das obrigações 444
222. Modos de extinção *exceptionis ope* das obrigações 460

B) PARTE ESPECIAL DAS OBRIGAÇÕES

XXXV – Contrato

223. Conceito de contrato no direito moderno e no direito romano 469
224. Os requisitos do contrato 473
225. Efeito do contrato 473
226. Classificação dos contratos 475
227. O *nexum* 478

XXXVI – Contratos Reais

228. Conceito e espécies 481
229. Mútuo 483
230. Fidúcia 487
231. Comodato 489
232. Depósito 491
233. Penhor 494

XXXVII – Contratos Verbais

234. Conceito e espécies 497
235. *Stipulatio* 498
236. *Dotis dictio* e *promissio iurata liberti* 503

XXXVIII – Contratos Literais

237. Conceito e espécies 505
238. O antigo contrato literal romano 506
239. Os contratos literais dos estrangeiros: *chirographa* e *syngraphae* 508
240. Do contrato literal do direito justinianeu 509

XXXIX – Contratos Consensuais

241. Conceito e espécies 515
242. Compra e venda 516
243. Mandato 527
244. Sociedade 531
245. Locação 535

XL – Contratos Inominados

246. Conceito 541
247. Evolução histórica 542
248. A teoria dos contratos inominados no direito justinianeu 544
249. Os principais contratos inominados 547

XLI – Pactos

250. A evolução do conceito de *pactum* 551
251. Pactos nus e pactos vestidos *(pacta nuda* e *pacta uestita)* 553
252. Os diferentes *pacta uestita* 554

XLII – A Doação

253. Conceito, requisitos e estrutura jurídica 559
254. A disciplina jurídica da doação *inter uiuos* 562
255. A doação *mortis causa* e outras figuras de doação 565

XLIII – Os Quase Contratos

256. Generalidades 569
257. A gestão de negócios 570
258. O enriquecimento sem causa e as *condictiones* 573
259. A tutela 577
260. A *communio incidens* 577
261. O legado 577

XLIV – Os Delitos

262. Distinção entre delito público e privado 579
263. Os delitos privados 580
264. O *furtum* 581
265. A *rapina (ui bona rapta)* 586
266. A *iniuria* 587
267. O *damnum iniuria datum* 589

XLV – Os Quase Delitos

268. A categoria dos quase delitos 593
269. Análise dos diferentes quase delitos 594

XLVI – As Obrigações *Ex Lege* e a Declaração Unilateral de Vontade

270. A lei e a declaração unilateral de vontade como fontes de obrigação 597
271. As *obligationes ex lege* (obrigações decorrentes da lei) 597
272. A declaração unilateral de vontade 598

III

DIREITO DE FAMÍLIA

XLVII – Noções Introdutórias

273. O objeto do estudo do direito de família romano 601
274. Do direito romano ao moderno: a evolução da família *proprio iure* 603

XLVIII – A Família *Proprio Iure*

275. Os aspectos a estudar 611
276. Ingresso na família *proprio iure* pela sujeição à *patria potestas* 611
277. A *patria potestas* 621
278. Ingresso na família *proprio iure* pela sujeição à *manus* 627
279. Os efeitos da *conuentio in manum* e a *manus* 628
280. A extinção da *patria potestas* 630
281. A extinção da *manus* 632

XLIX – A Família Natural

282. A família natural e o casamento 635
283. A posição dos jurisconsultos romanos quanto ao matrimônio 635
284. Conceito de casamento 636
285. A natureza jurídica do casamento 637
286. O casamento e a *conuentio in manum* 643
287. Esponsais 644
288. Requisitos do casamento 647
289. Nulidade do casamento 652
290. A formação do casamento 655
291. Relações pessoais entre os cônjuges 656
292. Relações patrimoniais entre os cônjuges – o dote 657
293. A filiação e as relações entre pais e filhos 665
294. Dissolução do casamento 667
295. Segundas núpcias 671
296. Concubinato 671

L – Tutela e Curatela

297. A incapacidade de fato, a tutela e a curatela 675
298. Aevolução datutelae dacuratela 676
299. A tutela dos impúberes 677
300. Atuteladas mulheres 692
301. Acuratelados loucos 694
302. A curatela dos pródigos 696
303. Acuratelados púberes menores de vinte e cinco anos 697

IV
DIREITO DAS SUCESSÕES

LI – Introdução ao Direito das Sucessões

304. Conceito e espécies de sucessão 701
305. A sucessão universal *inter uiuos* 701
306. A sucessão *mortis causa* e o direito das sucessões 703
307. A evolução da*successio* no direito romano, segundo Carlo Longo e Bonfante..... 705
308. Características da *successio mortis causa* no *iusciuile* 707
309. A origem da sucessão *mortis causa* no direito romano 709
310. *Hereditas* e *bonorum possessio* 711
311. Plano de exposição 714

LII – Sucessão Testamentária

312. O testamento e a sucessão testamentária 715
313. Formas de testamento 716
314. Capacidade para testar *(testamenti factio actiua)* 722
315. Capacidade para ser instituído herdeiro *(testamenti factio passiua)* 725
316. Conteúdo do testamento – a instituição de herdeiro 727
317. Pluralidade de herdeiros 729
318. Substituições 731
319. Ineficácia do testamento 736
320. Revogação do testamento 737
321. Abertura do testamento 740

LIII – Sucessão *Ab Intestato* ou Legítima

322. Noções preliminares 741
323. A sucessão *ab intestato* dos ingênuos: o sistema do *ius ciuile antiquum* 743
324. A sucessão *ab intestato* dos ingênuos: o sistema do *ius honorarium* 745
325. A sucessão *ab intestato* dos ingênuos: o sistema da época imperial 747
326. A sucessão *ab intestato* dos ingênuos: o sistema das Novelas CXVIII e CXXVII .. 749
327. A sucessão *ab intestato* dos libertos 751

LIV – Sucessão Necessária Formal e Material

328. Sucessão necessária formal e sucessão necessária material 755
329. Sucessão necessária formal..... 756
330. Sucessão necessária material 760
331. Sucessão necessária material quanto aos bens dos libertos 764

LV – Aquisição ou Renúncia da Herança

332. Noções introdutórias 767
333. Aquisição da herança pelos *heredes suiet necessarii* e pelos *heredes necessarii* 768
334. Da delação à aceitação ou à renúncia da herança pelos *heredes extranei* 769
335. Requisitos subjetivos para a aceitação da herança pelos *heredes extranei* 775
336. Aceitação ou renúncia da herança pelos *heredes extranei* 778
337. Herança vacante 781
338. Efeitos da aquisição da herança 781
339. Conseqüência da pluralidade de herdeiros 784
340. A proteção judicial do *heres* (herdeiro civil) 789
341. Aquisição ou renúncia da *bonorum possessio* 792
342. Proteção judicial do *bonorum possessor* 793

LVI – Legado e Fideicomisso

343. Codicilo 795
344. Cláusula codicilar 797
345. Conceito de legado 797
346. Pessoas que intervêm no legado 798
347. Formalidades a que está sujeito o legado 798
348. Objeto do legado 802
349. Aquisição dos legados 806
350. Ações e garantias de que dispõe o legatário 807
351. Restrições à liberdade de legar 809
352. O direito de acrescer entre colegatários 810
353. Ineficácia e revogação dos legados 812
354. O prelegado 814
355. Conceito e origemdofideicomisso 816
356. Fideicomisso particular 818
357. Fideicomisso universal *(fideicommissum universitatis* ou *hereditas fideicommissaria)* 819
358. Substituição fideicomissária e fideicomisso de família 821
359. *Mortis causa capiones* 822

Referências Bibliográficas 823

Índice Alfabético de Assuntos 829